

Moradores do Lago Sul brigam para evitar que a região seja retirada da área tombada no Plano Diretor de Publicidade. Secretaria de Desenvolvimento já admite estudar o caso e até recuar da decisão

Contra os *outdoors*

ALINE FONSECA

DA EQUIPE DO CORREIO

O ano de 2005 será de guerra contra a publicidade no Lago Sul. Moradores e Administração Regional se unem para tentar reverter a decisão da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh) de retirar o Lago Sul e o Lago Norte da área restrita do Plano Diretor de Publicidade. O plano — que é lei, mas ainda não foi regulamentado — está há dois meses na Secretaria de Governo. Ele voltará, porém, à Seduh para ser modificado antes da votação na Câmara Legislativa no próximo ano.

Embora as reações da comunidade ainda não tenham provocado uma mudança concreta, o governo já começa a estudar um recuo na decisão. “Estamos considerando a possibilidade, levando em conta que os lagos Sul e Norte são áreas de influência na zona de preservação”, admitiu a subsecretária de Urbanismo e Preservação da Seduh, Ana Lúcia de Oliveira. As associações de moradores do Lago Sul entraram com representação na Promotoria de Defesa da Ordem Urbanística (Prourb) há três semanas. Querem medidas preventivas contra a decisão da secretaria.

Em reunião do Conselho de Gestão da Área de Preservação de Brasília (Conpresb), no dia 25 de novembro, a secretária de Habitação, Diana da Motta, anunciou a modificação no projeto de regulamentação do plano para a retirada dos lagos Sul e Norte, já que não fazem parte da área tombada. A justificativa foi de que o plano seria aprovado com mais agilidade. No próximo encontro do conselho, agendado para fevereiro, o tema voltará a ser debatido. As duas versões para o plano, a que inclui os Lagos Sul e Norte, e a atual, que restringe a regulamentação à área tombada, entrarão em discussão.

Empresários do ramo publicitário apóiam a decisão da secretária e defendem que, se o Lago Norte e o Lago Sul forem incluídos na área restrita do Plano Diretor de Publicidade, a lei estará irregular. “Nem uma nem outra fazem parte da área tombada. A lei tem que ser cumprida e o plano é para a área tombada”, afirma o presidente do Sindicato das Empresas de Publicidade Exterior (Sepex), Raimundo Liberato.

“Não concordamos com a retirada do Lago Sul. Defendemos inclusive a criação de um anel de proteção à área tombada”, afirma a prefeita comunitária do Lago Sul, Edlamar Batista. Segundo ela, recorrer ao Ministério Público foi o primeiro passo. “Espero que a secretária recue, não vamos aceitar passivamente. O setor publicitário quer aumentar o número de painéis, mas já temos painéis demais por aqui. Queremos manter restrições para reduzi-los.”

Para Edlamar, o trecho mais preocupante é a via que leva ao Aeroporto de Brasília. “Contei 20 painéis. É uma situação preocupante, atrapalha até mesmo o trânsito”, afirma a prefeita. “Não acho que seja uma questão de elitismo, mas o Lago Sul compõe a beleza cênica. Acho que é a mesma coisa que pensar o lago com prédios de seis andares.”

A administradora do Lago Sul,

Adauto Cruz/CB/26.12.04



A DEPUTADA EURIDES BRITES COLOCOU UM OUTDOOR COM OS VOTOS DE FELIZ 2005 NO TERRENO DE UMA CASA NA QI 19 DO LAGO SUL

Natanry Osório, também é contra os engenhos publicitários na região. “O Lago Sul é zona de influência da área tombada, portanto, deve haver restrições.” No início do ano, ela criou em frente à sede da Administração um “cemitério de faixas” irregulares, retiradas do bairro.

Notificações

Na pista que liga a Ponte das Garças ao Plano Piloto, a administração notificou quatro empresas para que retirem os *outdoors* do local. A multa aplicada é de no

mínimo R\$ 200. Mas a maior reclamação de Natanry é contra os painéis de mensagens de final de ano criados por políticos da cidade, espalhados inclusive dentro de lotes residenciais.

Na véspera de Natal, a proprietária de uma casa do Conjunto 12 da QI 19 foi notificada. No quintal da residência está um *outdoor* da deputada distrital Eurides Brito (PMDB) desejando um Feliz 2005 para os eleitores. “Precisamos contar com o apoio dos que se preocupam com o cumprimento das leis e lutam pela preservação

de Brasília, Patrimônio Cultural da Humanidade”, escreveu Natanry, em carta encaminhada à Câmara Legislativa.

Para Natanry, apesar de a regulamentação do Plano Diretor de Publicidade ainda não ter sido aprovada, a lei é auto-aplicável. “Muita gente nem sabe que é proibido colocar publicidade em seus lotes”, diz a administradora. Ela cita a Lei 1918/98, que trata de uso de engenhos publicitários para propaganda visual ao ar livre.

Esse é o quarto ano consecuti-

vo que Eurides Brito deixa mensagens de fim de ano em *outdoors* no Lago Sul e no Lago Norte, em casas de amigos. De acordo com a parlamentar, é uma publicidade temporária. “É a forma mais barata para quem não pode mandar cartão de Natal para os amigos. Logo que passar o ano-novo, aquilo sai”, garante a deputada. “Como a legislação precisa ser regulamentada e não foi, então não há ilegalidade. Coloquei três *outdoors* na casa de amigos no Lago Sul e um no Lago Norte. Só um do Lago Sul foi

PUBLICIDADE EM JOGO

Plano original

● Inclui Asa Norte, Asa Sul, Lago Sul, Lago Norte, Cruzeiro, Sudoeste e Candangolândia

Proposta da Seduh

● Retira o Lago Norte, Lago Sul, Cruzeiro, Sudoeste e Candangolândia das áreas de publicidade restrita. Os novos parâmetros ainda estão sendo definidos pela secretaria. O projeto completo deverá ser apresentado à Câmara Legislativa

O que a lei proíbe

● Publicidade em toda a área pública, exceto anúncios de interesse público, como campanhas de vacinação, espetáculos gratuitos no Teatro Nacional, divulgação do aniversário de Brasília

● Painéis luminosos na Avenida L2, onde será permitido apenas um anúncio em cada lote que não seja público

● Banners ao lado dos prédios e anúncios acima dos edifícios

● Anúncios nos comércios locais superiores a 25% do tamanho da fachada

● Propagandas em áreas residenciais, exceto em áreas próximas de comércios nos lagos Sul e Norte, observados tamanho e quantidade

● Publicidade nos eixos Monumental e Rodoviário (incluindo os eixinhos)

notificado”, afirma Eurides.

O administrador do Lago Norte, Erivaldo Mesquita, não foi encontrado pela reportagem. Em novembro, de acordo com sua assessoria, Mesquita também se pronunciou contra a retirada do Lago Norte do Plano Diretor de Publicidade, porque há uma tendência de proliferação de publicidade na região. E, se incluído no plano, haverá mais meios de controlar as propagandas.

Eurides é a favor do Plano de Publicidade. “Ele foi feito para a área tombada no Distrito Federal. Se eu tivesse que dar uma nota, daria dez. Está corretíssimo. Ele é irretocável, mas para as áreas não tombadas é um outro problema”, comenta.

O Plano Diretor de Publicidade foi organizado para a área tombada no DF em 2002. O objetivo era proteger a região tombada da propaganda exagerada, que começava a se espalhar pela cidade. Apesar de não estarem na região protegida, Lago Norte e Lago Sul foram incluídos no projeto por serem considerados áreas de influência.

COLABOROU CECÍLIA BRANDIM